

“DESDE EL MERCOSUR HACIA LA PATRIA GRANDE”

“Pienso yo que el año 2000 nos va a sorprender o unidos o dominados...”

Juan D. Perón

1.1. A guisa de Introdução:

Lendo a expressão do saudoso Presidente Juan Domingo Perón ficamos perplexos com a capacidade de premonição contida na assertiva. Só a acuidade de uma mente privilegiada ou a inspiração de uma musa com pendores de pitonisa possibilitaria perscrutar, com tanta exatidão, o futuro da América Latina retratado no discurso proferido em 11 de novembro de 1953 na Escola Nacional de Guerra em Buenos Aires.

Perón usou na construção do período uma conjunção coordenativa alternativa que colocava como dilema do século XXI a eventualidade da submissão ou da soberania consolidada na união Latino-americana. Os números e as estatísticas que esboçam o processo de estagnação econômica causada pela usura financeira internacional induzem que o povo, como “chiste”^[1], sob os grillhões da grave crise que se traduz em desemprego, arrocho salarial, quebras, fome e todo o séquito de problemas sociais, políticos e econômicos que acompanham o crescimento inexorável da dívida pública, apesar do atendimento aos parâmetros estabelecidos pelo FMI, etc, vez por outra, transforme a expressão de Perón, utilizando-se não de uma conjunção coordenativa alternativa mas de uma conjunção coordenativa aditiva, que afirma que “el año 2000 va nos sorprender unidos e dominados.”^[2] *Vox populi, vox Dei* – A voz do Povo é a voz de Deus – Infe-re-se disto que na sua simplicidade o povo, apesar da leitura difícil do atual vocabulário “economês” consegue apreender na vida vivida, os sinais cada vez mais fortes do processo de pauperização e anemia dos estados nacionais que se refletem, mais e mais, sobre as suas sociedades civis retirando-lhes, dia após dia, o pouco que lhes resta em sua qualidade de vida.

Juan Domingo Perón, da Argentina, junto com o General Ibáñez, do Chile e Getúlio Dornelles Vargas, do Brasil, com o Pacto ABC – Argentina, Brasil e Chile –^[3] foram elos de uma corrente secular na luta pela consolidação da União Latino-Americana, que hoje, deságua no Mercosul, patamar provisório de um Tratado Diretivo, que das fases de Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum, nos levará, com certeza a realização do sonho dos patriotas latino-americanos que sonharam com a Pátria Grande.

Urge, com o instrumental da razão, desdenhando o anseio da emoção, desvendar o véu das meras aparências que encobrem a realidade nua e crua dos interesses econômicos que subjazem sob o estro poético e ingênuo de uma visão meramente patriótica. Certamente, armados da lente imparcial da razão, que como o astro rei penetra os mais profundos recônditos contemplaremos a tectura ambígua da história, que mesclando interesses e sonhos, numa alquimia de transformação, através dos próceres da história, construiu o que Galeano intitulou “un archipiélago de países, desconectados entre sí, nació como consecuencia de la frustración de nuestra unidad nacional...” Galeano, concluiu...”en la actualidad, cualquiera de las corporaciones multinacionales opera con mayor coherencia y sentido de unidad que este conjunto de islas que es América Latina, desgarrada por tantas fronteras y tantas incomunicaciones...”^[4]

Assim Saturnino Rodríguez Peña, numa tentativa de independência, sob a proteção da Inglaterra, conforme gestões que Francisco de Miranda desenvolvia em Londres, tenta articular a possibilidade que Carlota Joaquina de Bourbon, esposa do regente do Brasil e Portugal Dom João, e irmã de Fernando VII, rei da Espanha, cativo de Napoleão em Cádiz, assumisse a regência do Vice-Reinado do Prata e, aliada a Portugal e Brasil, abrisse seus portos aos interesses ingleses.^[5]^[6]^[7] A história prova que estes estados não se uniram, no entanto, para o Brasil, quando D. João VI, aportou no Rio de Janeiro conduzido por Sir Sidney Smith, almirante chefe de uma frota inglesa, logo abriu os portos “a todas nações amigas” – leia-se Inglaterra e suas possessões.

Simón Bolívar, assim como San Martín, como pinças, um vindo do norte outro do sul, encontram-se em Guayaquil, e ali contemplaram o esfacular de uma possibilidade de libertação que iniciara com José Gabriel Condorcanqui Noguera, cognominado Tupac Amaru, que em 1780, no Peru, foi a revolução precursora das guerras de independência na América Latina^[8].

León Pomer, defende a tese, que o Paraguai seria o último bastião da independência econômica americana quando soçobrou na guerra fratricida perante a Tríplice-Aliança – Argentina, Brasil e Uruguai – que, também financiados pela Inglaterra, cometeram o maior genocídio contra a nação guarani.^[9]

Miguel Unamuno em sua obra *A reforma constitucional do século XX* inicia citando todos os próceres que sonharam com uma Pátria Grande Latino-Americana. Para ele, San Martín e Bolívar sonharam com uma Confederação Hispanoamericana, idéia malograda entre 1822 e 1826. Antes, Moreno, secretário da Primeira Junta de Independência Argentina, havia plasmado uma idéia similar em seu Plano de Operações. Também Artigas, no ano de 1813, consignou nas “Instruções aos Deputados da Província Oriental” este sonho. O Higgins, em 1818, em seu manifesto ao povo chileno também o fez, assim como San Martín em Montevideo perante o povo peruano.^[10]

1.2. Da influência inglesa à influência americana:

Constatamos que, do fim do último quinto do século XVIII até fins do século XIX, a Inglaterra passa a ser a nação hegemônica, econômica e militarmente, não só no mundo, mas também do hemisfério Latino-Americano. Com a chamada Grande Depressão (1873-95) passa a haver uma fase de transição entre o período concorrencial do capitalismo e o monopolista. Houve uma tendência acelerada à concentração de capitais que se transformaram em grandes conglomerados industriais financeiros (fusões, cartéis, trustes), o controle monopolista dos setores mais rentáveis do mercado; ampla ingerência do Estado como mecanismo de ordenação, controle e expansão do sistema econômico. Estas eram algumas das características fundamentais da nova etapa capitalista, nos países centrais, ao iniciar-se o século XX.

No plano internacional, assistia-se ao relativo declínio das potências tradicionais, como Inglaterra e França, diante da emergência de novos centros hegemônicos, como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos. Todos empenharam-se em uma agressiva corrida às áreas periféricas, buscando estabelecer zonas de influência, tão exclusivas quanto possível, as quais funcionaram sistematicamente como fontes de matérias-primas e alimentos, bem como mercados para produtos industrializados e capital excedente.

Neste panorama, colocaram-se os EUA e a América Latina: aqueles como potência internacional emergente; esta como área periférica, disputada como tal, pelos antigos e novos centros capitalistas, sendo que os Estados Unidos, a partir de 1890, passaram a assumir o papel de potência internacional mais claramente.^[11] Nesta razão, coloca-se que os projetos integracionistas emergem em íntima correspondência com as conjunturas sócio-econômicas e políticas internas e externas do sistema de estados latino-americanos, cambiando conteúdos e propósitos sob o influxo das transformações que sofre historicamente este sistema.^[12]

Neste sentido, e voltando à questão dos períodos cronológicos acima aludida, tem-se que, por exemplo, os projetos de integração latino-americana, no século XIX, serão compreendidos a partir da conjuntura representada pela economia primário-exportadora, pela dominação social das oligarquias agrárias e pelas contradições do liberalismo oligárquico; por sua vez, os projetos integracionistas que surgem na primeira metade do século XX encontram-se associados à conjuntura do surgimento da industrialização, das camadas sociais ligadas ao desenvolvimento capitalista, do estágio de transição reformista do Estado oligárquico.

Exatamente dentro do mesmo tipo de correlação fundamental serão compreendidos os projetos do pós-guerra e os da fase contemporânea.^[13] Helder Godin Silveira, historiador, afirma que

“... por outro lado, é evidente que as conjunturas acima mencionadas envolvem não apenas estes fatores internos do sistema latino-americano, mas compõem-se, igualmente, da série de aspectos externos relativos ao sistema. Ou seja, uma dada conjuntura é também caracterizada pelos padrões de

inserção da América Latina nos sistema econômico e político mundial... De fato, desde as independências políticas, os diversos estados latino-americanos persistem ocupando uma posição claramente periférica no sistema global, herdada do período colonial, e que se reproduz como relação essencialmente assimétrica com os países centrais do sistema. A situação de dependência em relação aos centros capitalistas manifesta-se não apenas no plano econômico, mas também nas esferas políticas, sociais e culturais. De resto, o fim da relação colonial e o princípio do processo de dependência significa exatamente que as relações assimétricas centro-periferia, particularmente no caso latino-americano, têm de ser reproduzidas mediante uma rede bastante complexa de interesses de grupos sociais e alianças políticas que se estruturam no interior dos estados e se manifestam preponderantemente nas relações interestatais, embora não apenas aí.^[14]

Os Estados Unidos então, dentro do explanado, passa paulatinamente a preencher com sua hegemonia em expansão os espaços antes ocupados pela Inglaterra. Roberto Campos, em sua monografia sobre as Relações Estados Unidos-América Latina afirma que no decurso do último século as idéias mestras que permearam as relações americanas, foram: 1) a Doutrina de Monroe e os seus subprodutos interpretativos - os corolários Polk e Roosevelt; 2) a criação da União Pan-Americana; 3) a Política da Boa Vizinhança e seu princípio de não-intervenção; 4) a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso.^[15]

Em 1939, a partir do Comitê Consultivo Econômico e Financeiro Interamericano, que originou o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), estabeleceu-se uma simbiose entre os países latinos e os EUA; criaram-se canais de complementariedade das respectivas economias, os primeiros fornecendo as matérias primas ao segundo, e este enviando manufaturados e financiamentos para a aquisição dos referidos produtos manufaturados. Esta negociação vai agravar a dependência dos Estados Latino-americanos e exacerbar-se ainda mais, quando do término da guerra os EUA emergem como potência hegemônica no mundo e na região, relação esta que se expressa através da política da superpotência em sua relação com o subdesenvolvimento.^[16]

1.3. A CEPAL e a visão de Raul Prebisch:

Anos após o fim da guerra, em fevereiro de 1948, ligada à Direção Geral do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), foi criada a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL.

Com sede em Santiago do Chile, o organismo tinha o objetivo básico de traçar estratégias de desenvolvimento econômico para a região, sob a forma de recomendações a serem postas à disposição dos diversos estados latino-americanos.^[17]

Com base nos pressupostos e na concepção de desenvolvimento econômico dos especialistas da CEPAL, com destaque para o argentino Raúl Prebisch, foram planejados originalmente os três maiores projetos integracionistas latino-americanos das décadas de 60-70: a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), o Pacto Andino (estabelecido no âmbito da ALALC) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA).^[18]

Os estudos da CEPAL sobre o desenvolvimento têm como base o conceito de centro-periferia, idealizado por Raúl Prebisch, o economista latino-americano que mais influenciou o pensamento sobre desenvolvimento e políticas econômicas da região. O sistema centro-periferia explica a forma particular pela qual os países em desenvolvimento se vinculam economicamente aos desenvolvidos. A estrutura das relações econômicas internacionais faria com que os países latino-americanos se caracterizassem pelo fato de ter uma alta proporção de exportações compostas de produtos básicos, cuja demanda mundial se expandira lentamente, e importariam bens de tecnologia mais avançada, cuja demanda cresceria rapidamente. Isto geraria uma tendência sistemática de *déficit* comercial, porque as necessidades de importação cresceriam mais rapidamente do que as das exportações.

Desta forma, relacionam-se as causas pelas quais a América Latina obterá uma renda média inferior à dos países industrializados. O problema, segundo Prebisch, reside no fato de que os países latino-americanos fariam parte de um sistema de relações econômicas internacionais, que ele denomina "centro-periferia", onde os países industrializados seriam o centro, e os não industrializados, a periferia. No conceito centro-periferia está a idéia de um desenvolvimento desigual originário. Consideram-se centros as economias em que penetraram primeiro as técnicas capitalistas de produção. A periferia está constituída pelas economias cuja produção permanece inicialmente atrasada do ponto de vista tecnológico e organizativo.^[19]

Nos grandes centros industriais, o progresso propaga-se rapidamente, enquanto que, na periferia, há o atraso inicial da difusão da tecnologia. Assim, desenvolve-se uma fase chamada **desenvolvimento para fora**, que é a principal manifestação do sistema centro-periferia, pois seu objetivo é, primordialmente, a satisfação da demanda das matérias-primas por parte dos grandes centros industriais.

Destarte, segundo a divisão internacional do trabalho, imposta pelo centro, caberia à América Latina, por ser parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Sendo assim, o objetivo deste tipo de comércio internacional não é melhorar o nível de vida da população da periferia, mas permitir que os centros obtenham, da forma mais econômica possível, as matérias-primas para satisfazer seu consumo. A satisfação de consumo do centro atinge proporções alarmantes, e é em torno destas necessidades que se organiza a periferia. Ela influencia o rumo que toma o desenvolvimento nestes países, no que diz respeito ao comércio exterior, aos investimentos, à tecnologia predominante, ao consumo, à demanda, etc.^[20]

No começo dos anos 60, a América Latina se encontrava em pleno processo de industrialização. As propostas de desenvolvimento formuladas pela CEPAL estavam sendo colocadas em prática nos principais países da região e grandes mudanças estavam acontecendo. Por esta época é incluída a idéia de análise sociológica dentro da instituição, sendo que o desenvolvimento **para dentro** é criticado sob o ponto de vista de seu rumo na forma de industrialização substitutiva, ao dinamismo econômico alcançado, à distribuição de renda e à inflação.

Mantém-se inalterado o pensamento sobre as reformas estruturais que, sob esta ótica, deveriam atingir a utilização de mão-de-obra da região, resolver o estrangulamento interno e o externo, sendo que o primeiro referia-se através de reformas a suprir as deficiências da acumulação de capital para uso deste capital na industrialização e com relação ao segundo, a cooperação internacional na área financeira e comercial para apoiar o desenvolvimento interno.

Estavam implícitas aí uma reforma da estrutura agrária e da industrial. Para Prebisch a reforma agrária era imprescindível para que assim, abolindo-se a concentração de renda representada pelo latifúndio, conforme o seu entendimento, haveria um desenvolvimento do progresso técnico, porque abolida a tendência da terra se converter, como ocorria sempre, em fonte de renda e um seguro contra a inflação.^[21]

Na década de 70 e na primeira metade da de 80, as conjunturas internas de cada país foram pouco favoráveis aos projetos de desenvolvimento da região. Por este motivo, neste período, houve uma certa estagnação quanto ao processo em si, principalmente porque grande parte dos países se encontrava submetida a governos autoritários. Os choques do petróleo de 73 e 79 tiveram um impacto generalizado na América Latina, assim como o aumento da dívida externa e as políticas de liberalização colocadas em prática.^[22]

Estes problemas foram resultar numa acumulação de fatores que transformaram a década de 80 no que se convencionou chamar de década perdida, pois se, por exemplo, o índice de crescimento do Brasil de 1950 a 1980 referente ao seu PIB foi da ordem de 7% ao ano, na década de 80, notadamente entre os anos de 1980 até 1987, esta taxa regrediu para 2,8% anuais.^[23] Assim é que, a partir da década de 80 em função de uma aguda crise de ordem fiscal e do balanço de pagamentos, iniciou-se o chamado ajuste estrutural colocado na agenda de muitos países em desenvolvimento. Houve uma pressão generalizada das instituições multilaterais incluindo o FMI e o Banco Mundial, aliados aos governos dos países industrializados, e setores internos associados para um reajustamento em consonância com o mercado.^[24]

Assistimos então, entre 1982 e 1984, a constituição de "comitês de credores"; a elaboração de planos de reescalonamento das dívidas; a criação de um mercado secundário da dívida estatal, onde os bancos mais expostos podiam limitar seus riscos, vendendo seus títulos difíceis de cobrar para firmas especializadas na "caça ao país em desenvolvimento devedor"; por fim, para ficarmos no essencial, a prescrição de uma parte do capital produtivo

nacional das nações devedoras, sob a forma de aquisição de empresas públicas privatizadas, para permitir a conversão da dívida em títulos de propriedade entregues aos credores. No total, houve uma espetacular inversão de fluxos.

Entre 1980 e 1983, houve primeiro uma diminuição brutal das entradas líquidas de créditos privados para os países em desenvolvimento, que passaram de 26 a 1,6 bilhão de dólares. Depois, a partir de 1984, o fluxo simplesmente passou a correr em sentido contrário, tornando-se uma transferência líquida de 25 bilhões de dólares aos bancos credores. A dolarização das economias devedoras, bem como a colocação a venda de setores inteiros da economia, como na Argentina, são conseqüências diretas do endividamento e dos meios empregados para garantir o pagamento dos juros. [\[25\]](#)

Nesse contexto, em face do fracasso total da ALALC, foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), no ano de 1980 no Uruguai através do Tratado de Montevidéu. Sempre a longo prazo, seguia-se projetando a criação de um Mercado Comum Latino-Americano. [\[26\]](#)

1.4. Uma nova arquitetura global:

Se a década de 80 é chamada de década perdida poderíamos nesta mesma perspectiva cognominar a década de 90 como desperdiçada.

A última década do século XX encerrou a Era dos Extremos, como foi cognominada por Eric Hobsbaum. Em 1989, emblematicamente, cai o muro de Berlim sendo o emblema semiótico da implosão da URSS. Apesar da glasnost e da perestroika Gorbachov não conseguiu impedir o desabamento do império carcomido pelos déficits da guerra do Afeganistão que foi o Vietnã russo.

A partir deste momento, como uma *grand overture* para a nova era que se abre no século XXI, chamada Era da Globalização, que encerra a Era Moderna e a Pós-Moderna, a década de 90 vai presenciar uma sinergia dos entes criados em Bretton Woods, no ano de 1944, o FMI, o World Bank, o GATT e a OMC, esta última depois da Rodada de Montevidéu. Como reflexo da regra de exceção, do art. XXIV à cláusula de nação mais favorecida estabelecida pelo art 1º do GATT, possibilitou-se, de forma complementar ao sistema multilateral uma rede de sub-sistemas regionais sob a forma de zonas de livre comércio e uniões aduaneiras.

Dentro desta perspectiva sob o guarda-chuva do Tratado que selou a ALADI no ano de 1980, em Montevidéu, na data de 26 de março de 1991, foi celebrado na cidade de Assunção, Paraguai, o Tratado do Mercosul que, de forma diretiva, projetava para o futuro patamares de complexização que passavam pelos estágios da Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum.

Num processo descrito por Hilffirding, em sua obra O Capital Financeiro, escrito em 1909, através do Socialismo Antagônico, os oligopólios financeiros e industriais, com o transbordamento de capital dos países de origem e sua disseminação globalizada, inicia-se um processo de reengenharia nas relações mundiais que fracassou no fim da década com a crise dos ataques especulativos que atingem os Tigres Asiáticos, a Rússia, e posteriormente os países Latino-Americanos, principalmente o Mercosul.

Esta reengenharia visava concatenar a política monetária no mundo através da estabilização do que convencionamos chamar de placas tectônicas monetárias. A zona do dólar, a zona do euro e a zona de yen através de macro-controles globalizados que incluíam valor do câmbio internacional com relação às moedas internacionais, juros, valor do petróleo, e regime de currency board.

O regime de currency board visava estabelecer aquilo que Robert Mundell estipulara como a chamada simetria monetária. O estabelecimento de uma simetria monetária levaria, no entender desta perspectiva monetarista, a uma sinergia dos mercados e os estabelecimento da competitividade diretamente proporcional as reais vantagens comparativas de cada estado nação, evitando-se assim as *beggar thy neighbor* (políticas de empobrecimento do vizinho) estabelecidas através de uma desvalorização artificial do câmbio que permitiam, inescrupulosamente, vantagens comparativas artificiais em cima das distorções de um câmbio que permitisse o dumping monetário como foi prelecionado por Robert Triffin.

Dentro desta visão era necessário também, da mesma forma, iniciar um desmonte das máquinas dos chamados Estados Providenciais através da venda de seus ativos e de uma diminuição da máquina estatal propiciando assim, que a minimalização da parte orgânica dos estados-nacionais, que organizam o estado, fossem supridas agora, por uma nova sinergia de expansão da parte dogmática das constituições onde situa-se a zona de exclusão ou franquias que é a Sociedade Civil, que através do mercado potencializado, de forma suplementar e paulatinamente de forma principal, supriria, no médio prazo a diminuição do estado vindo a substituí-lo no que, numa perspectiva liberal, não era de sua essência tradicional.

Ao definimento das três funções tradicionais do Poder, Legislativo, Executivo e Judiciários, paulatinamente Agências Controladoras, sob a batuta do poder econômico, expandiriam a regulação sobre os oligopólios possibilitando a concorrência nos diversos setores econômicos. Exemplo disto são a Anatel, Anael, Ana, respectivamente, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional da Água, etc, que controlariam, através da suposta interação entre Sociedade Civil e seu poder desta forma institucionalizado. Que distância do pretendido ao acontecido!!

O processo fez com que fossem rifados por preços infames ativos estatais que foram pagos só com o primeiro anos dos lucros líquidos das empresas alienadas. Élio Gaspary cognominou a privatização nacional, no caso do Brasil, de “privataria”, que é uma mescla de privatização com pirataria. Constatou-se mais, que os capitais auferidos não foram reinvestidos e que as promessas de chuva de investimentos estrangeiros foram mais de capital especulativo, hot money do que capital de investimento produtivo.

A dívida pública de todos os estados nacionais latino-americanos foi catapultada para a estratosfera. O Brasil, por exemplo, que devia, antes do governo Collor, somente 60 bilhões, passou a dever daquela época para cá a importância de mais de 800 bilhões sendo que somente de juros anuais depende a importância de mais de 80 bilhões anuais, que equivale ao PIB do seu 2º estado exportador, o Rio Grande do Sul, só para pagar os serviço da dívida sem quitar o principal. Que esta dívida, em vez de diminuir tem sido alavancada pela política recessiva imposta pelo FMI, que de forma monetarista estabelece, através do Banco Central, cada vez mais restrições com relação ao capital de investimento inviabilizando uma política de desenvolvimentismo ou mesmo o estado nacional como ferramenta instrumental de uma política econômica, nos termos preconizados pelos parâmetros latinos estabelecidos de forma análoga por Getúlio e Perón.

Os Estados Nacionais gradativamente, sufocados pelos juros e pela dívida, transformam-se no Estado Fisco e, cada vez mais, aumentam as alíquotas dos tributos vindo, no caso do Brasil, esta relação a ter uma proporção de mais de 40% no PIB nacional. A federação é sacudida pela guerra tributária entre seus componentes através dos leilões de incentivos e isenções tributárias que visam atrair investimentos produtivos e que gerem empregos e rendas.

Malgrado o esforço, a recessão, no fim da década, após a queda do câmbio em razão da insustentabilidade do mesmo pelo processo sucateamento das matrizes industriais que se viram dizimadas pelo dumping social e monetário da ASEAN e pelo dumping agrário da União Européia e EUA, com seus subsídios agrícolas, encontra os países latino-americanos, sem exceção, numa grave crise, talvez a mais profunda de toda a sua história, com o sucateamento da máquina estatal, o sucateamento e a extinção de setores inteiros da economia tanto na atividade primária, como secundária e terciária, incremento da dívida, aumento dos juros e asfixia da produção vampirizada pelo capital financeiro. Nestes estados a única atividade que lucrou e se expandiu, foi a dos bancos privados, pois os estatais ou mal e mal sobreviveram ou foram tragados pelas compras milionárias das transnacionais corporations.

Cada vez mais o torniquete internacional exige mais e mais dos estados e dos povos que vivem como reféns da possibilidade de desestabilização.

A democracia que é um ideal do estado de direito democrático transforma-se numa irrisão pois é a libertinagem da rapina financeira internacional e nacional contra a produção. A liberdade da usura é o arrocho salarial dos trabalhadores, a perda do direito dos funcionários, é o desemprego, a quebra e extinção dos empreendimentos autóctones. A Democracia é o nome, sob estes signos, da liberdade financeira e que não é a democracia cidadã que dá ao povo a sua Felicidade.

**“Los hermanos sean unidos,
porque esa es la ley primera;
tengan unión verdadera
en cualquier tiempo que sea,
porque si entre ellos pelean
los devoran los de ajuera”.**

**Martín Fierro
José Hernández**

O cenário que descrevemos acima ainda não chegou ao seu gargalo ou estreitamento final. Paulatinamente constatamos a extinção da governabilidade. A necessidade de consenso – instrumentada no Brasil pelo sistema de ballottage ou duplo turno francês – juntamente com o incremento da dívida pública causa o fenômeno de falecimento das ideologias partidárias. Uma geléia partidária amorfa, hospedeira ocasional do poder, transformista como um camaleão, não consegue enganar nem meninos que constatam que o rei está nú, como a governabilidade está por um fio.

Assim é de superior alvitre que estabelecemos as premissas já colocadas perante a Faculdade de Direito de Universidade de Santa Fé, quando lá, em 1997 advogávamos a superação do Mercosul, com seus entes inter-governamentais, para a construção de um sistema de entes supra-nacionais que estabelecessem, como está no trabalho Parametricidade e Direitos Humanos no Âmbito do Mercosul, os seguintes pontos:

- 1 – Implantação da nacionalidade plúrima;
- 2 – A implantação de um Banco Central com padrão monetário único;
- 3 – A projeção das funções do Soberano, Legislativa, Executiva e Judicial, de forma supra-nacional;
- 4 – A federalização, que preserve as idiossincrasias e autonomias dos povos, sem hegemonias, numa estruturação que estabeleça competências em que os poderes dos Estados sejam os expressos e os da União Sul Americana (Amercosul), sejam remanescentes, como desdobramento fidedigno do brocardo que estampa o princípio “e pluribus unum”.

Que, além destes parâmetros, já solicitados em vários fóruns da Sociedade Civil, agora em adesão a estes os povos, como item número 5, e os estados reivindicuem a extinção da dívida pública com base na extinção dos estados nacionais que dissolver-se-ão juridicamente para formar, no futuro, um novo estado nacional que não restará sub-rogado nos débitos dos estados anteriores.

Que as multinacionais, que pretendem a escala econômica continental das Américas, obtendo isto, através da formação de um macro estado pós-nacional, a semelhança da União Européia, deverão elas e os bancos credores abaterem seus créditos em troca do que sempre perseguiram ou almejavam – um mercado com simetria monetária e escala continental.

Que só assim os povos das várias nações latinas sob um signo de um novo estado, sem dívidas, poderão alavancar um processo que REALMENTE estabeleça um VERDADEIRO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NAS AMÉRICAS.

Estado-Democrático este que permita o pleno emprego, a fome zero e a auto-sustentação do processo econômico que trará o desenvolvimento e a expansão do IDH das populações aliadas do processo econômico e nesta razão diretamente proporcional, do processo de Democracia que permita não só a Igualdade mas também a Liberdade.

Assim, como o grande filósofo uruguaio José Enrique Rodó, diríamos finalmente: “Yó creí siempre que em la Amércia nuestra no era posible hablar de muchas patrias, sino de una patria grande y única”. Que os Colégios e as Ordens de Advogados sejam instrumentos desta luta em suas nações estabelecendo relações para construírem tal sonho.

[1] - Nota do autor – “gozação – piada – brincadeira”

[2] - Nota do autor – “ O ano 2000 nos encontrará unidos e dominados”

[3] - Borja – Sérgio – Teoria Geral dos Tratados – fl. 124 – Ricardo Lenz Editor – Porto Alegre – 2001;

[4] - Galeano, Eduardo. Las venas abiertas de América Latina. Montevideo: Siglo Veintiuno, 1970, p.406.

[5] - Romero, José Luís. Breve História de la Argentina. Buenos Aires: Tierra Firme/Fondo de Cultura, 1996, p.43.

[6] - Levene, Ricardo (hijo) – Historia Argentina y Americana – p. 496-7.

[7] - Camba, Gen. Memoria para la Historia de las Armas Espanholas en el Perú. Madrid: Hortelano, 1846, vol.1, p.28.

[8] - Wasserman, Cláudia & Guazelli, César Barcellos, História da América Latina – Ed. da Universidade, 1996, p.126 – Porto Alegre.

[9] - Pomer, León – A Guerra do Paraguai – A grande tragédia rioplatense. São Paulo: Global, 1981. p.54.

[10] - Unamuno, Miguel. La reforma constitucional en el siglo XX. Buenos Aires: Biblioteca Política, 1986, p.2.

[11] - SILVEIRA, Helder Godim. *A Integração Latino-Americana: Projetos e Realidades*. Porto Alegre: Edi-Pucrs, 1992. p. 18.

[12] - SILVEIRA, op. cit., p. 2.

[13] - Id., ibid., p.3.

[14] - loc. cit.

[15] - CAMPOS, op. cit., p.144.

[16] - SILVEIRA, op. cit., p. 32.

[17] - SILVEIRA, Helder Gordim. *A Integração Latino Americana: Projetos e Realidades*. Porto Alegre: Edipucrs, 1992. p. 37.

[18] - Id., ibid., p. 37.

[19] - HAFFNER, Jacqueline. *CEPAL - Comissão Econômica para América Latina - Uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano*. Porto Alegre: Edipuc, 1996. p.56.

[20] - Idem, ibidem, p. 58.

[21] - Id., ibid., p.90 - 101.

[22] - Id., ibid., p.103.

[23] - SIMONSEN, Mário Henrique. *Crise do Estado e Retomada do Desenvolvimento - A conta corrente do governo 197--88*. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1992. p. 80.

[24] - HAGGARD - Stephan & KAUFAMANN, Robert. *Estado, Mercado e Democracia - O Estado no início e na consolidação da reforma orientada para o mercado*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p.391.

[25] - CHENAIS, François. *A Mundialização do Capital*. [s.l.]: Xama, 1996. p. 256.

[26] - SILVEIRA, op. cit., p. 45.